

Mekal Metalurgica Kadow S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022 e 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein
89202-200 - Joinville/SC - Brasil
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil
Telefone +55 (47) 3205-7800
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas da
Mekal Metalúrgica Kadow S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mekal Metalúrgica Kadow S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Mekal Metalúrgica Kadow S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 16 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SC-000071/F-8



Felipe Brutti da Silva
Contador CRC RS-083891/O-0 T-SC

Mekal Metalurgica Kadow S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	385	1.122
Contas a receber de clientes	5	4.373	4.088
Estoques	6	4.391	4.453
Impostos a recuperar	7	3.183	983
Outros créditos		87	97
Despesas antecipadas		66	113
		4.795	-
Ativos mantidos para venda	22	4.795	-
		17.280	10.856
Não circulante			
Depósitos judiciais	8	32	106
Impostos a recuperar	7	32	52
Impostos diferidos	21.a	2.072	472
Investimentos		10	10
Imobilizado	10	2.791	7.432
Intangível		487	671
Ativo de direito de uso	9.a	7.297	-
		12.721	8.743
Total do ativo		30.001	19.599
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		3.228	1.872
Passivo de arrendamento	9.b	1.186	-
Financiamentos e empréstimos	12	3.325	3.990
Salários, férias e encargos sociais		1.805	1.766
Impostos e contribuições a recolher	11	508	764
Partes relacionadas - mútuo	13.a	10.398	4.435
Outras contas a pagar	14	8.042	2.702
		28.492	15.529
Não circulante			
Financiamentos e empréstimos	12	1.797	4.860
Passivo de arrendamento	9.b	6.161	-
Partes relacionadas – mútuo	13.b	15.993	18.466
Impostos e contribuições a recolher	11	3.709	5.814
		27.660	29.140
Patrimônio líquido	15		
Capital social		26.535	25.335
Prejuízos acumulados		(52.686)	(50.405)
		(26.151)	(25.070)
Total do passivo e patrimônio líquido		30.001	19.599

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mekal Metalurgica Kadow S.A.

Demonstrações do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional	16	23.892	25.335
Custo dos produtos vendidos	17	<u>(13.360)</u>	<u>(14.173)</u>
Lucro bruto		10.532	11.162
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	17	(6.027)	(4.660)
Despesas gerais e administrativas	17	(4.279)	(4.354)
Outros resultados operacionais	18	<u>128</u>	<u>(235)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		354	1.913
Receitas financeiras	19	1.016	85
Despesas financeiras	19	<u>(5.251)</u>	<u>(3.387)</u>
Resultado financeiro		<u>(4.235)</u>	<u>(3.302)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(3.881)	(1.389)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	21.b	<u>1.600</u>	<u>472</u>
Resultado do exercício		<u>(2.281)</u>	<u>(917)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mekal Metalurgica Kadow S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do exercício	<u>(2.281)</u>	<u>(917)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(2.281)</u></u>	<u><u>(917)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mekal Metalurgica Kadow S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		24.476	-	(49.488)	(25.012)
Aumento de capital		2.059	(1.200)	-	859
Resultado do exercício		-	-	(917)	(917)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		26.535	(1.200)	(50.405)	(25.070)
Aumento de capital	15	-	1.200	-	1.200
Resultado do exercício		-	-	(2.281)	(2.281)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>26.535</u>	<u>-</u>	<u>(52.686)</u>	<u>(26.151)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Mekal Metalurgica Kadow S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		(2.281)	(917)
Ajustes por:			
Imposto de renda e da contribuição social	21	(1.600)	(472)
Depreciação e amortização	17	602	521
Depreciação arrendamento	9	66	-
Resultado na venda de ativo imobilizado		(10)	-
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	5	45	122
Recuperação de créditos fiscais	7.a	(2.275)	
Despesas com juros não realizados – empréstimos e financiamentos	12	767	683
Despesas com juros não realizados – partes relacionadas	13	3.591	2.274
		(1.095)	2.211
Variações nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber		(330)	(239)
Estoques		63	(801)
Impostos a recuperar		94	-
Despesas antecipadas		47	(43)
Outros créditos		7	40
Depósitos judiciais		75	-
Fornecedores		1.356	74
Salários, férias e encargos sociais		39	203
Impostos e contribuições a recolher		(2.361)	(2.161)
Outras contas a pagar		5.429	367
Juros pagos por empréstimos – Mútuos	13	(101)	(68)
Juros pagos por empréstimos	12	(1.025)	(673)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais		2.198	(1.090)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras	4	-	906
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	10	(561)	(207)
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de investimentos		(561)	699
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Integralização de capital	15	1.200	859
Captações de financiamentos e empréstimos	12	-	(15)
Pagamentos de financiamentos e empréstimos	12	(3.470)	(3.161)
Pagamento de passivos de arrendamentos	9.b	(104)	-
Pagamentos empréstimos de mútuo	13	-	(111)
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de financiamentos		(2.374)	(2.428)
Redução do caixa e equivalentes de caixa		(737)	(2.819)
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		1.122	3.941
No fim do exercício		385	1.122
		(737)	(2.819)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Companhia tem por objetivo a fabricação e comercialização em geral de pias, cubas, tanques, lavatórios, mictórios, tampos especiais para laboratórios e outros produtos em aço inoxidável, bem como a prestação de serviços de industrialização, instalação, reparação e manutenção dos produtos citados acima, prestação de serviços em projetos arquitetônicos, serviços de desenho técnico especializado relacionados a arquitetura e engenharia e também a participação em outras sociedades como sócio quotista ou acionista no país ou no exterior. A Companhia é sociedade anônima fechada com sede na cidade de São Paulo - SP.

a. Continuidade operacional

Apesar das demonstrações financeiras apresentarem que a Companhia incorreu em prejuízo, seu patrimônio líquido ser negativo em 31 de dezembro de 2022 e seu capital circulante líquido demonstrar uma necessidade de recurso de curto prazo, as operações da Companhia estão suportadas pelo apoio financeiro de seus acionistas através de aportes de recursos e contratos de mútuos, e gerenciamento corporativo da disponibilidade de recursos com as instituições financeiras do Grupo para auxiliar na manutenção do capital de giro caso seja necessário. Conforme divulgado na nota explicativa 23, a Companhia realizou captação relevante de recursos em janeiro de 2023, a fim de equilibrar seu capital de giro e a forma de financiamento de sua estrutura de capital, suportando os novos investimentos da nova fábrica em Cotia, assim como a abertura da nova loja no RJ. Investimentos esses necessários para suportar a estratégia de negócio de fortalecer o crescimento da marca a nível nacional e principalmente no RJ. Crescimentos esses que possibilitarão a melhor rentabilidade do negócio e geração de lucro nos próximos anos. Além disso, conforme nota explicativa 22, esforços para a venda de alguns ativos da Companhia iniciaram e a venda deve ocorrer até junho de 2023, gerando uma entrada de recursos adicionais para a Companhia. Desta forma, as demonstrações financeiras estão sendo preparadas no pressuposto da continuidade operacional.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras apresentam-se em milhares de Reais e foram aprovadas pela Diretoria em 16 de março de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceto quando indicado o contrário.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas:

Nota explicativa nº 5 - Provisão para perda esperada de crédito de liquidação duvidosa
Nota explicativa nº 9 – Ativo de direito e uso e passivo de arrendamento

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são e convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

b. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, A Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros.

Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato.

Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, quando relevantes, e são, subsequentemente, apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos, 12 meses após a data do balanço, custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição de ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transferem e nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. *Imobilizado*

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado.

(ii) *Custos subsequentes*

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. Terrenos não são depreciados.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2022

Edificações	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Instalações industriais	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros destes ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido aquando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventuais ganho ou perda resultantes do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

	Softwares
Vida útil	Definida - 5 anos
Método de amortização utilizado	Linear ao longo do período esperado dos benefícios de uso
Gerados internamente ou adquiridos	Adquiridos

e. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

(i) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos variando de 5 a 10 anos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

(ii) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental nominal na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

(iii) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor para arrendamentos de equipamentos de escritório. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

g. Redução ao valor recuperável (impairment)

(iv) Ativos financeiros não-derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na

experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 120 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

O ativo financeiro estiver vencido há mais de 120 dias.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

h. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo quando há uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

j. Reconhecimento da receita de vendas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos e abatimentos concedidos, sendo reconhecida quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade. São reconhecidas no resultado quando da entrega dos produtos, bem como pela transferência dos riscos e benefícios ao comprador.

k. Tributos sobre o lucro

Imposto de renda e contribuição social - corrente

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Imposto de renda e contribuição social - diferido

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

l. Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo. Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregado, propriedade para investimento e ativos biológicos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis da Companhia. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou

para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

3.1 Novos pronunciamentos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.

A Administração vem acompanhando os pronunciamentos que já foram emitidos, e que terão vigência a partir de 1º de janeiro de 2023 e concluiu que não deverá trazer impactos significativos sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos a vista	102	252
Aplicações financeiras – equivalentes de caixa	<u>283</u>	<u>870</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>385</u>	<u>1.122</u>

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa, referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário com rendimentos baseados na variação da taxa do CDI (105,9% em 2022 e 102,5% em 2021), podendo ser resgatadas a qualquer tempo, as quais foram qualificadas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

5 Contas a receber de clientes

	31/12/2022	31/12/2021
No país	4.542	4.054
No exterior	40	198
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	<u>(209)</u>	<u>(164)</u>
	<u>4.373</u>	<u>4.088</u>

A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	4.436	3.819
Vencidos há 30 dias	73	234
Vencidos de 31 a 60 dias	27	26
Vencidos de 61 a 90 dias	3	-
Vencidos de 91 a 180 dias	33	9
Vencidos há mais de 180 dias	<u>10</u>	<u>164</u>
	<u>4.582</u>	<u>4.252</u>

Movimentação da provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	(164)	(42)
Provisão	<u>(45)</u>	<u>(122)</u>
Saldo Final	<u>(209)</u>	<u>(164)</u>

A provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber é constituída para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da provisão para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber é constituído com base nos históricos de inadimplência ocorrido em exercícios anteriores e na análise individual dos títulos em atraso.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não há duplicatas a receber vinculadas a garantias por financiamentos bancários.

6 Estoques

	31/12/2022	31/12/2021
Produtos acabados	985	1.053
Produtos em elaboração	1.750	1.228
Matérias-primas e componentes	<u>1.656</u>	<u>2.172</u>
	<u>4.391</u>	<u>4.453</u>

A Companhia realiza o acompanhamento do valor realizável dos estoques, levando em consideração a necessidade de provisão para perdas decorrente do menor valor entre o valor líquido de custo e o valor líquido realizável. Durante o ano de 2022, não houve necessidade de provisão.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possui estoques dados em garantia de empréstimos e financiamentos.

7 Impostos a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ e CSLL	38	15
PIS e COFINS (a)	2.275	-
ICMS - operações normais	6	4
ICMS - sobre imobilizado	90	111
IPI	<u>806</u>	<u>905</u>
Total	<u>3.215</u>	<u>1.035</u>
Circulante	3.183	983
Não circulante	32	52

- (a) Em 2021 a Companhia obteve decisão favorável em trânsito em julgado que determinou a exclusão do ICMS da base de cálculo dos tributos de PIS e COFINS. Como consequência desse trânsito em julgado, os direitos decorrentes de tal ação deixaram de representar ativos contingentes nesse período. Essa decisão compreende o período de apuração de tributos de outubro de 2012 a setembro de 2021. O reconhecimento do crédito não foi realizado em anos anteriores porque a Administração entendeu que não havia expectativa de realização do crédito. O montante total do crédito reconhecido foi de R\$2.275, que compreende R\$ 1.449 de principal e R\$ 826 de atualização financeira, os quais serão compensados com os tributos federais a pagar durante o exercício de 2023.

8 Depósitos judiciais e provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

	31/12/2022	31/12/2021
Tributários	-	75
Outros	<u>32</u>	<u>31</u>
Total dos depósitos judiciais	<u><u>32</u></u>	<u><u>106</u></u>

Contingências prováveis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possui processos de natureza fiscal, cível e trabalhista, avaliados pela Administração com o apoio dos seus assessores jurídicos como sendo de risco provável.

Contingências possíveis

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui processos de natureza fiscal, cível e trabalhista, avaliados pela Administração com o apoio dos seus assessores jurídicos como sendo de risco possível no montante de R\$ 562 (R\$ 1.097 em 2021) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem a sua contabilização.

9 Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 2 contratos de locação, um para uma unidade comercial e outro para uma unidade industrial, o qual foram classificados como arrendamento mercantil operacional.

Para os contratos que foram escopo da norma, considerou-se como componente de passivo de arrendamento o valor dos pagamentos futuros de aluguéis fixos (líquido de impostos), descontados a uma taxa de juros nominal.

Em 01 de dezembro de 2022 a Companhia firmou contrato de locação de galpão industrial na cidade de Cotia-SP pelo período de 116 meses, a taxa de desconto de 15,2% foi usada para a mensuração do valor justo deste contrato. O valor justo em 31 de dezembro de 2022 deste contrato é de R\$ 7.042. Em 01 de dezembro de 2022 a Companhia firmou contrato de locação do imóvel da loja Mekal na cidade de Rio de Janeiro-RJ pelo período de 60 meses, a taxa de desconto usada foi de de 15,2% para a mensuração do valor justo deste contrato. O valor justo em 31 de dezembro de 2022 deste contrato é de R\$ 321.

a) Ativo de direito de uso

Os saldos de direito de uso de arrendamento em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão representados por aluguéis de imóveis e demonstraram a seguinte movimentação:

	<u>31/12/2022</u>
Saldo em 31 de dezembro	-
Adições	7.363
Amortização	(66)
Saldo em 31 de dezembro	<u>7.297</u>

b) Passivo de arrendamento

Os saldos de arrendamentos a pagar em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão representados por aluguéis de imóveis e demonstrados da seguinte forma:

	<u>31/12/2022</u>
Saldo em 31 de dezembro	-
Adições	7.363
Juros	90
Pagamento de principal	(106)
Saldo em 31 de dezembro	<u>7.347</u>
Circulante	1.186
Não circulante	6.161

Os saldos têm vencimento conforme segue:

	<u>31/12/2022</u>
2024	1.176
2025	964
2026	859
2027 em diante	3.162
	<u>6.161</u>

Os contratos de aluguéis possuem prazos entre 5 a 10 anos de duração, podendo ou não serem renovados mediante comunicação prévia de 2 meses pela Companhia. As taxas de desconto utilizadas variam e não estão explícitas em contrato, contudo a Administração adotou uma taxa de mercado de acordo com o prazo de cada contrato.

c) Efeito resultado

De acordo com a norma CPC 06 (R2), concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas com ocupação passaram a ser reconhecidas nas linhas de amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não trouxe nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que existe um efeito temporal no lucro líquido, aumento de R\$ 87 em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos.

10 Imobilizado

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações industriais	Equipamentos de Informática	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedores	Outros	Total
Taxa de depreciação a.a. (%)	-	4	10	10	20	10	20	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.964	34	1.717	212	86	909	83	1.149	140	5	8.299
Adições	-	-	31	-	-	-	2	133	40	-	206
Transferências	-	-	209	65	-	-	21	(996)	-	-	(701)
Baixas	-	-	-	-	(34)	-	-	-	-	-	(34)
Depreciações	-	(5)	(199)	(29)	(20)	(91)	(28)	-	-	-	(372)
Baixas de depreciações	-	-	-	-	34	-	-	-	-	-	34
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.964	29	1.758	248	66	818	78	286	180	5	7.432
Adições	-	1	64	-	-	-	-	444	63	-	571
Transferências	-	1	307	9	-	79	63	(439)	(20)	-	-
Transferências ativos mantidos para venda (nota explicativa 22)	(3.964)	(26)	-	-	-	(800)	-	-	-	(5)	(4.795)
Depreciações	-	(4)	(227)	(34)	(20)	(97)	(35)	-	-	-	(417)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	1.902	223	46	-	106	291	223	-	2.791

Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 não houve indicadores de perda que ensejasse a necessidade de constituição de provisão.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não há bens do imobilizado vinculados a garantias por financiamentos bancários.

11 Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2022	31/12/2021
Impostos federais a recolher	273	348
Impostos estaduais a recolher	231	402
Impostos municipais a recolher	5	13
Parcelamento de tributos estaduais	1.255	2.072
Parcelamento de tributos previdenciários	663	1.099
Parcelamento de tributos federais	1.449	2.224
Parcelamento de tributos municipais	341	420
	<u>4.217</u>	<u>6.578</u>
Circulante	508	764
Não circulante	3.709	5.814

Os parcelamentos de impostos são atualizados com base na Selic, com pagamentos mensais e prazo de pagamento até 2026, conforme resumo abaixo:

Fluxo dos parcelamentos	2023	2024	2025	2026	Total
Parcelamentos Tributários	508	2.408	711	590	4.217

12 Financiamentos e empréstimos

Moeda nacional	31/12/2022	31/12/2021
Capital de giro - Juros 2,5% a.a. + CDI	1.504	4.089
Capital de giro - Juros 2,43% a.a + CDI	2.729	2.662
Capital de giro - Juros 0,55% a.m + CDI	889	2.099
	<u>5.122</u>	<u>8.850</u>
Circulante	3.325	3.990
Não circulante	1.797	4.860

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por aval de quotistas, fiança bancária.
 Movimentação do endividamento:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	8.850	12.015
Captação	-	(15)
Pagamento de principal	(3.470)	(3.160)
Juros apropriados	767	683
Pagamento de juros	(1.025)	(673)
Saldo Final	<u>5.122</u>	<u>8.850</u>

Cronograma de amortização do principal da dívida no longo prazo:

Fluxo da dívida	2023	2024	2025	Total
Capital de giro	3.325	1.589	208	5.122

13 Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são referentes a contratos de mútuo a pagar conforme segue:

a. Passivo circulante (contratos de mútuo)

	31/12/2022	31/12/2021
Mekal Metalurgica Kadow S.A.	10.198	4.235
Valdo Keneth Kadow	200	200
	<u>10.398</u>	<u>4.435</u>

b. Passivo não circulante (contratos de mútuo)

	31/12/2022	31/12/2021
Docol Indústria e Comércio Ltda	15.298	17.772
Kadol Serviços e Projetos Ltda	195	195
Valdo Keneth Kadow	500	499
	<u>15.993</u>	<u>18.466</u>

Os contratos de mútuo possuem encargos anuais de 3%. a.a., mais a variação positiva do INPC. Conforme nota explicativa 22 de eventos subsequentes, em janeiro de 2023 a Companhia realizou uma captação de recursos a qual liquidou integralmente os saldos de mútuo com a Mekal Metalurgica Kadow S.A. e Valdo Keneth Kadow, permanecendo apenas o saldo a pagar para Kadol Serviços e Projetos Ltda, sem data contratual prevista de liquidação.

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	22.900	20.805
Amortização	-	(111)
Pagamento de juros	(101)	(68)
Juros apropriados	3.591	2.274
	<u>26.390</u>	<u>22.900</u>

c. Remuneração do pessoal chaves da administração

O montante referente a remuneração do pessoal chaves da administração, foi de R\$ 417 em 2022 e R\$ 494 em 2021.

14 Outras contas a pagar

	31/12/2022	31/12/2021
Venda para entrega futura	76	316
Representantes	97	81
Créditos clientes (a)	7.680	2.251
Outros	189	54
	<u>8.042</u>	<u>2.702</u>

- (a) Créditos com clientes referem-se a adiantamentos de clientes e crédito de devoluções a compensar, as quais serão pagas em 2023 por meio de compensação em compras futuras.

15 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social, está representado por 26.534.651 ações integralizadas no valor de R\$ 1,00 cada no montante de R\$ 26.535 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 25.335 em 31 de dezembro de 2021).

Em 28 de outubro de 2021, foi aprovado aumento de capital social de R\$ 24.476 para R\$ 26.535, com a emissão de 2.058.764 novas ações ordinárias e nominativas, a serem integralizadas em moeda corrente nacional ao preço de R\$ 1,00 cada. As integralizações estão programadas para ocorrer em de acordo com o cronograma aprovado, e foram realizadas da seguinte forma: R\$ 859 em 10 de novembro de 2021, R\$ 770 em 04 de janeiro de 2022 e R\$ 430 em 04 de março de 2022, totalizando R\$ 2.059.

16 Receita operacional

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida nas demonstrações de resultados:

	31/12/2022	31/12/2021
Venda de produtos	31.519	33.063
Deduções de vendas	<u>(7.627)</u>	<u>(7.728)</u>
Receita operacional líquida	<u>23.892</u>	<u>25.335</u>

A receita operacional da Companhia é gerada substancialmente no mercado brasileiro e a Companhia não tem nenhum cliente que individualmente seja significativo, ou seja, cliente que represente 10% ou mais da receita operacional do exercício. As vendas no mercado doméstico representam 97% e as vendas ao mercado externo representam 3%.

17 Despesas por natureza

	31/12/2022	31/12/2021
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(8.258)	(8.839)
Despesas com pessoal	(7.396)	(6.378)
Depreciações e amortizações	(602)	(521)
Despesas com frete	(757)	(960)
Despesas com comissões	(1.347)	(797)
Despesas com propaganda	(74)	(153)
Despesas com serviços	(648)	(900)
Despesas com serviços compartilhados controladora	(508)	(530)
Impostos, taxas e contribuições	(487)	(440)
Benefícios a empregados	(840)	(709)
Outras	(2.749)	(2.960)
	<u>(23.666)</u>	<u>(23.187)</u>
Classificação por função		
Custo dos produtos vendidos	(13.360)	(14.173)
Despesas com vendas	(6.027)	(4.660)
Despesas gerais e administrativas	(4.279)	(4.354)
	<u>(23.666)</u>	<u>(23.187)</u>

18 Outros resultados operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Recuperação de créditos fiscais (nota explicativa 7.a)	1.449	-
Reversão da provisão de parcelamentos tributários	(47)	-
Custas com honorários processos judiciais	(817)	(227)
Outras (despesas) receitas, líquidas	(457)	(8)
	<u>128</u>	<u>(235)</u>

19 Receitas e despesas financeiras

	31/12/2022	31/12/2021
Juros sobre financiamento capital de giro	(767)	(683)
Despesas bancárias	(219)	(148)
Juros sobre mútuos	(3.591)	(2.274)
Outros juros de mora	(534)	(262)
PIS e COFINS s/ receita financeira	(48)	(13)
Outras despesas financeiras	(92)	(7)
Despesas financeiras	<u>(5.251)</u>	<u>(3.387)</u>
Remuneração de impostos (nota explicativa 7.a)	826	-
Juros de mora	22	14
Rendimentos sobre aplicação financeira	168	59
Variação cambial líquida	(8)	9
Outros	8	3
	<u>1.016</u>	<u>85</u>
Receitas financeiras		
	<u>1.016</u>	<u>85</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(4.235)</u>	<u>(3.302)</u>

20 Instrumentos financeiros

Gerenciamento do risco financeiro

A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

(i) *Contas a receber de clientes e outros créditos*

A Companhia adota como prática a análise das situações financeiras de seus clientes, e administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

A Administração estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos.

(ii) *Investimentos*

A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em instituições financeiras consideradas de 1ª linha. A Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	385	1.122
Contas a receber de clientes	4.373	4.088
	<u>4.758</u>	<u>5.210</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é representado por dificuldades que a Companhia poderia encontrar em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Diretoria.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Operações ativas e passivas

As principais operações da Companhia são indexadas a taxas prefixadas, com exceção as aplicações financeiras que são pós-fixadas por CDI. A Administração, de uma maneira geral, entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Companhia. A Companhia apresenta abaixo uma análise de sensibilidade para essas operações.

Operação	Risco	Saldo	Sensibilidade – (despesa)/receita no resultado do exercício				
		exposto	Queda	Queda	Cenário	Aumento	Aumento
		31/12/2022	50%	25%	Provável	25%	50%
Aplicação financeira	CDI	283	16	25	33	41	49
Empréstimos	CDI	(5.122)	(298)	(448)	(597)	(746)	(895)
Total exposição CDI		(4.839)	(282)	(423)	(564)	(705)	(846)

A Companhia considerou como cenário provável a taxa de CDI de 11,65% ao ano.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura, de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos quotistas e credores no desenvolvimento futuro do negócio.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os melhores retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A Companhia não está sujeita às exigências externas de capital.

Valor justo

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
Custo amortizado				
Aplicações financeiras – equivalente de caixa	385	385	1.122	1.122
Contas a receber de clientes	4.373	4.373	4.088	4.088
Empréstimos e financiamentos	5.122	5.122	8.850	8.850
Fornecedores	3.228	3.228	1.872	1.872
Partes Relacionadas	26.391	26.391	22.901	22.901

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Aplicações financeiras

Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.

Contas a receber e fornecedores

Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante.

Empréstimos e financiamentos

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos em aberto.

21 Imposto de renda e contribuição social

a) Impostos diferidos - ativo

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo não circulante		
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	1.994	461
Diferenças temporárias	78	11
Impostos diferidos líquidos	<u>2.072</u>	<u>472</u>

b) Reconciliação da alíquota efetiva

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.881)	(1.389)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<u>1.320</u>	<u>472</u>
Adições permanentes despesas não dedutíveis	280	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>1.600</u>	<u>472</u>
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	1.600	472
Alíquota efetiva	(41,2%)	(34,0%)

A Companhia possui em seus livros fiscais o montante total de R\$ 13.709 de Base Negativa e Prejuízo fiscal em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 12.176 em 2021) sendo que parte deles não estão reconhecidos contabilmente por não apresentarem neste momento expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para o reconhecimento integral deste crédito.

O registro do crédito tributário está suportado por projeções que demonstram que a Companhia apurará lucros tributáveis em exercícios futuros, em montantes considerados suficientes para a realização de tais valores. Tais projeções incluem os resultados com a venda do imóvel que será reconhecido a partir de 2023. De acordo com o cronograma de recebimentos e realização do resultado fiscal, tais créditos serão compensados até o exercício de 2024.

Periodicamente a Administração reavalia seu plano de negócio na geração de lucros tributáveis e, conseqüentemente, reavalia a expectativa de realização desses créditos tributáveis registrados.

22 Ativos não circulantes mantidos para venda

Em Dezembro de 2022, a administração se comprometeu com um plano para vender os imóveis do parque fabril localizado na cidade de São Paulo no estado de São Paulo. Os esforços para a venda desse grupo de ativos já se iniciaram e a venda deve ocorrer até junho de 2023. A operação da Companhia será transferida para outro imóvel arrendado no município de Cotia no mesmo estado. Assim, estes imóveis negociados, estão apresentados como um grupo de ativos mantido para venda.

Em 31 de dezembro de 2022, o grupo de ativos estão apresentados a valor contábil líquido, e compreendia os seguintes ativos:

Em milhares de Reais

	31/12/2022
Terrenos	3.964
Edificações	31
Instalações industriais	800
	<u>4.795</u>

Com base na avaliação de mercado dos ativos, a Companhia não identificou a necessidade de contabilização de provisão para perda em 31 de dezembro de 2022.

23 Evento subsequente

Em janeiro de 2023 a Companhia realizou a captação de R\$ 35.000 junto ao Banco do Brasil, com taxa de CDI + 1,9% a.a., com carência de 12 meses e prazo de pagamento em 48 parcelas após o período de carência. A referida captação foi obtida com garantias de sua Controladora Docol, e teve como principal objetivo normalizar sua estrutura de fomento de capital de giro que anteriormente estava sendo financiada pelos acionistas.